

EDUCAR E EVOLUIR

ISSN 2596-2116

VOLUME 1 • NUMERO 3 • JANEIRO DE 2021

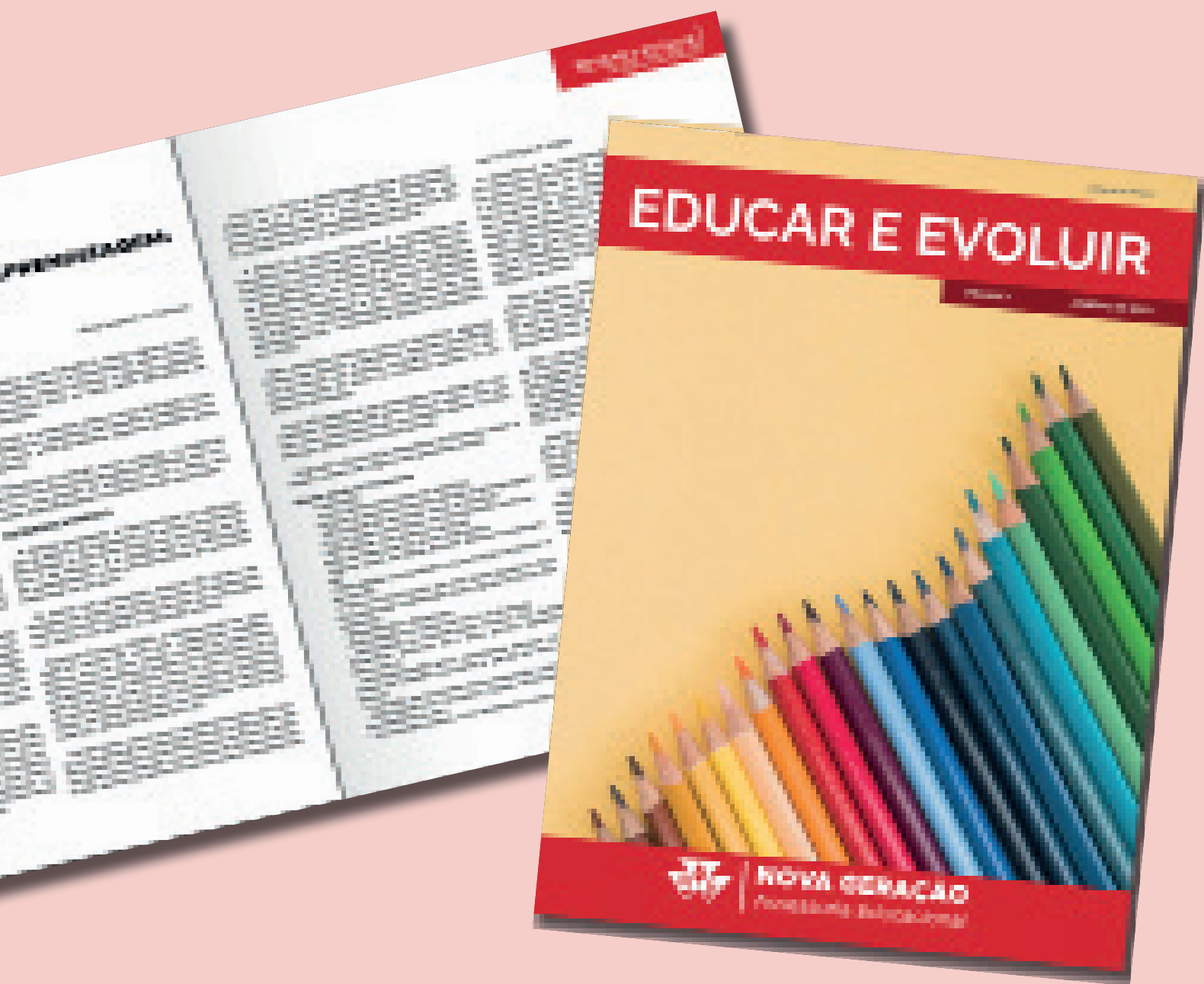


NOVA GERAÇÃO
Assessoria Educacional



NOVA GERAÇÃO
Assessoria Educacional

**PUBLIQUE SEU ARTIGO NA REVISTA DA
NOVA GERAÇÃO E GANHE PONTOS PARA
EVOLUÇÃO FUNCIONAL**



 (11) 2025-8405  (11) 99179-7848

www.novageracaoeducacional.com.br

Revista Educar e Evoluir - Nova Geração Assessoria Educacional

Segunda Edição - Volume 1 – N 3, (Janeiro de 2021)

Trimestral

ISSN 2596-2116

E-mail: educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br

Endereço Eletrônico: <http://www.novageracaoeducacional.com.br/wp/revista/>

Bibliotecária Responsável: Cláudia Luísa Siqueira

Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

CARTA AO LEITOR

Estamos em uma sociedade transformadora e a educação deve atender aos anseios da comunidade. As novas perspectivas de um futuro é tudo aquilo que todos nós educadores, tentamos há décadas, direcionando nossos docentes à uma especialidade de ser auto suficiente.

Para uma educação voltada para a reflexão, a crítica, a ação e a inovação estamos criando a revista Educadores do Futuro, com intuito de auxiliar nossos educadores a direcionar melhor a educação num todo, com novas habilidades e mudanças no cotidiano educacional.

Ao direcionar a criação desta, levamos em conta as mudanças econômicas e tecnológicas, que propiciaram uma abundância de informações e a aceleração na circulação dos conhecimentos.

Quando as mudanças são apresentadas, há relutância, mas com uma forma diferente para enxergarmos a educação como prioridade máxima e suas razões futuristas.

Garantimos à todos um propósito de alcançar seus objetivos e se aliar aos grandes pensadores, profissionais da educação num modo geral, que relutem contra tudo e contra todos por um futuro melhor na cumplicidade dos projetos intra e extra curriculares, estratégicos, na revolução do mundo criativo e de fontes na interdisciplinaridade mundial transformadora para um futuro brilhante de toda nação.

Destacamos que a educação hoje se fundamenta no desenvolvimento de competências fundamentais para a educação do futuro e apresenta princípios legais que regem os processos educacionais neste início do século XXI. O entendimento de que precisamos aprender a aprender, nos remete à revisão habitual das praticas que envolvem a educação.

Assim, adaptar-se aos saberes necessários a uma prática pedagógica contextualizada com realidades atuais é essencial para construir um modelo educacional de qualidade.



Severino José Gonçalves
Diretor da Nova Geração Assessoria Educacional

EDITORIAL

É muito claro que o processo educacional está sempre em constante transformação, permeado pelo contexto da nova realidade de mundo e cotidiano que vivemos atualmente.

Aos longos anos que participamos do processo de formação de educadores, nós da Nova Geração Assessoria Educacional percebemos a grande necessidade de trocas de experiências entre os profissionais da educação.

Sabendo que além da prática docente, a troca de experiências e vivências no contexto educacional com uma linguagem produzida com a experiência dos professores e educadores é uma forma de transmissão e compartilhamento de conhecimentos e consequentemente da evolução e aprimoramento na formação dos agentes transformadores.

Com a experiência que temos e a pedido de muitos dos nossos queridos alunos educadores, é que nós da Nova Geração Assessoria Educacional propomos esse projeto de compartilhamento de práticas, vivências e materiais de pesquisa entre educadores, através dessa

ferramenta, pois sabemos o quão útil esse canal se tornará para o futuro da educação.

Acreditamos no diálogo entre os educadores, das suas práticas, das suas vivências e das suas pesquisas na área da educação, tanto bibliográficas quanto in loco, confiamos assim que essa é uma forma objetiva e efetiva de troca de saberes e conhecimentos, com teores educacionais essenciais para a prática, reflexão e auto-reflexão docente.

Dessa forma, apresentamos a revista “Educar e evoluir”, material que será publicado em edições on-line e Trimestrais que sempre terá como conteúdo artigos científicos, projetos educacionais, práticas docentes e pedagógicas, materiais de pesquisas acadêmicas que sempre serão publicados com o intuito de formação dos professores e educadores em geral.

A Nova Geração Assessoria Educacional tem a participação de seus alunos, formadores e seus conhecimentos como o maior patrimônio de conhecimento e a ampliação está no compartilhamento que será possível com esse projeto.

EXPEDIENTE

EQUIPE EDITORIAL

Leandro Riverti de Souza
Severino José Gonçalves

EDITOR CHEFE

Severino José Gonçalves

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTO

Thainara Riverti Gonçalves
Luciene Martins Riverti

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Larissa Riverti do Nascimento

Revista Educar e Evoluir
Segunda Edição - Volume 1 – N 3
(Janeiro de 2021)

PERIODICIDADE: Trimestral

Os conceitos emitidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

COPYRIGHT: Nova Geração Assessoria Educacional
Rua Professor Antônio Gama de Cerqueira, 325 – Vila Americana – São Paulo/SP
CEP 08010-130 – Telefone: 2025-8405
E-mail: educareevoluir@novageracaoeducacional.com.br

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: Cláudia Luísa Siqueira
Número de Credenciamento: CRB 10260 / 8 Região

ÍNDICE

- 07** | **COMO AVALIAR OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO**
- Natália Avilla Andrade
- 13** | **O ENSINO REMOTO COMO ESTRATÉGIA SAZONAL PARA A APRENDIZAGEM**
- Natália Avilla Andrade
- 18** | **O TRABALHO COLABORATIVO DE AUTORIA (TCA) NA PANDEMIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**
- Natália Avilla Andrade



COMO AVALIAR OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO

Natália Avilla Andrade

Bacharela e Licenciada em Letras pela Universidade Federal de São Paulo (2015). Especialista em Gramática e Texto da Língua Portuguesa pela Universidade Nove de Julho (2019). Professora de Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2018.



RESUMO

A situação de crise sanitária exige de todos os setores da sociedade um esforço para reinventar sua maneira de trabalho. Na área da educação, com os educadores, não haveria de ser diferente. Os professores tiveram que adaptar seus currículos, que fora pensado para o ensino presencial, e muitos desafios se evidenciaram como, por exemplo, a avaliação. A questão é como avaliar no ensino remoto. Se a avaliação fosse pensada como instrumento que auxilia o professor a promover aprendizagens significativas, talvez esta reflexão não fosse necessária. É preciso pensar na continuidade educacional, durante o teletrabalho, e no volta às aulas com a recuperação das aprendizagens.

Palavras-chave: avaliação, instrumento, autoavaliação, estratégias pedagógicas.

ABSTRACT

The public health crisis situation demands an effort from all society sectors to reinvent their way of working. In Education sector, with educators, there would be no difference. Teachers have to adapt their curricula, which had been designed for traditional/classroom learning, and many challenges have become evident, such as assessment. The question is how to evaluate remote learning. If the assessments were thought of as an instrument which helps the teacher to promote relevant learning, this reflection might not be needed. It is necessary to think about teaching and learning, during teleworking as well, a learning recovery plan for schools full opening.

Keyword: assessment, learning tools, self-assessment, pedagogical strategies

INTRODUÇÃO

A situação de crise sanitária global, em decorrência do coronavírus, SARS-CoV-2, cuja vacina ainda está em teste, atinge todas as esferas da sociedade e não somente a saúde. Para tanto, é preciso reinventar novos métodos de trabalho e novas maneiras de organização do corpo social. O ensino remoto foi uma alternativa encontrada para suprir a demanda educacional, escolar e pedagógica num período de pandemia. Trata-se do fornecimento temporário de acesso a continuidade escolar e educativa.

Como toda situação de emergência, com o ensino remoto também é possível notar perdas significativas, tendo em vista que as relações escolares envolvem vínculos afetivos e de socialização. Segundo Antônio Novoa, na Aula Magna da Formação Continuada da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, não existe uma educação que não tenha uma dimensão de relação humana física. No entanto, essa espécie de educação à distância, improvisada, requer do professor a reinvenção de sua maneira de trabalho, de seus métodos, seu modo de estar próximo aos estudantes para assegurar a continuidade educativa.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Nieo>. Acesso em 08 jun. 2020.

Refletir sobre a avaliação, o que, como e por que avaliar durante o período de ensino remoto e pensar na autoavaliação como aliada durante o período de isolamento são os propósitos dos educadores que estão preocupados com as aprendizagens. É preciso ponderar sobre o retorno gradual das aulas com a avaliação diagnóstica e com a recuperação como uma maneira de garantir o direito do acesso às aprendizagens.

O presente artigo propõe a reflexão sobre a avaliação, pois assim como os currículos não foram criados e nem pensados para serem aplicados remotamente, a avaliação das aprendizagens também não foi elaborada e criada para o ensino à distância. Pensando nisso, é preciso indagar sobre o que avaliar, como avaliar e por que avaliar no período de ensino remoto e as ponderações sobre o que é válido considerar como instrumento avaliativo na pandemia.

1. O QUE É A AVALIAÇÃO

Durante muito tempo, a avaliação era concebida como prova ou exame. O exame, sistematizado no século XVI, tinha por objetivo classificar os estudantes em função de sua aprovação ou reprovação, uniformizando e padronizando-os. Luckesi (2011, p. 68) retoma com bastante propriedade a carga que os exames carregam

[...] carga de ameaça e castigo sobre os educandos, cujo objetivo é pressioná-los, para que disciplinadamente estudem, aprendam e assumam condutas, muitas vezes, além de externas a eles mesmos, também aversivas. [...] A permanência desse modo de uso dos exames escolares criou, ao longo dos cinco séculos da modernidade, um padrão de conduta arraigado no modo de conhecer e agir dos educandos.

Trata-se de uma seletividade social, cujos alunos com notas e conceitos aferidos acima da média são aqueles que aprenderam e os que não aprenderam não despertam nenhum interesse nos educadores. Hoffman (2010, p. 149) alega que essa escola que uniformiza, compara, classifica os estudantes não deu certo até agora

Essa escola excluiu e não formou jovens felizes, com iniciativa, corajosos. Vemos muitos adolescentes formados, mas acrílicos, violentos, submissos, sem gostar de ler e de escrever, sem lembranças boas do tempo de escola [...]. Temos de aprender a fazer diferente.

A avaliação escolar como instrumento de classificação não contribui para o avanço das aprendizagens e tampouco para o crescimento intelectual dos educandos, sendo uma prática antidemocrática que não favorece para a permanência do aluno na escola nem sequer para seu progresso qualitativo.

Ao longo do tempo, essa realidade foi sendo alterada no Brasil e hoje, fala-se em avaliação das aprendizagens como um dos instrumentos pedagógicos que o professor tem para guiar o seu trabalho. Segundo Luckesi (2011, p. 203), essa denominação é de 1930, atribuída a Ralph Tyler. A avaliação é a investigação do desempenho dos estudantes, visando à intervenção assertiva para a melhoria dos resultados. Weisz (2019, p. 97) afirma que “avaliar a aprendizagem do aluno é também avaliar a intervenção do professor, já que o ensino deve ser planejado e replanejado em função das aprendizagens conquistadas ou não”. No entanto, o que se percebe é que o nome foi alterado, mas a prática de provas e exames continua sendo a mesma.

A avaliação tem como objetivo a aprendizagem e auxilia o professor em sua observação para refletir as melhores estratégias pedagógicas com o intuito de promover a aquisição do conhecimento, ou seja, “avaliar é acompanhar o processo de construção do conhecimento” (HOFFMANN, 2010, p. 152).

Se a avaliação não for seguida de uma tomada de decisão do que fazer com o aluno, quando sua aprendizagem se manifesta satisfatória ou insatisfatória, “o ato de avaliar não completou seu ciclo constitutivo” (LUCKESI, 2011, p. 106). Para cumprir o seu verdadeiro significado, a avaliação da aprendizagem necessita, segundo Luckesi (2011, p.184)

[...] assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assumo o papel de auxiliar o crescimento.

Assim como o ensino remoto emergencial (praticado na pandemia) traz inovações na área tecnológica com a inserção de mídias digitais e plataformas virtuais, acredita-se que a mudança venha também nos modos de avaliar as aprendizagens e o aproveitamento dos educandos, já que a prática presente de avaliação está ultrapassada e não condiz com a era atual.

2. COMO AVALIAR DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO

A avaliação torna-se um problema durante o período de ensino remoto, pois em muitas escolas se pratica o

exame, que é um método classificatório com a função de aprovação ou reprovação. A prática escolar é vivida em função da nota e a avaliação é um instrumento estático que não auxilia o avanço e o crescimento. (LUCKESI, 2011 p. 43)

Avaliar no ensino remoto, tendo como premissa a contagem de acertos e erros que são transformados em uma nota ou conceito, segrega ainda mais os estudantes que se deparam com uma realidade que não estão acostumados: dificuldades para se organizarem sozinhos, a carência de equipamentos, a instabilidade ou a ausência da banda larga, a falta de um local ideal para o estudo.

Se a realidade escolar já entendesse a avaliação da aprendizagem como um instrumento que auxilia na tomada de decisão para uma intervenção assertiva, na medida em que detecta o que o estudante já aprendeu e o que ele ainda não compreendeu, já teriam eliminado o sistema de notas. (LUCKESI, 2011 p. 54)

As atividades avaliativas propostas por meio da plataforma digital são capazes de trazer ao professor informações necessárias sobre as dificuldades dos alunos em determinadas habilidades requeridas no exercício apresentado e, convenientemente, mostra se o estudante é letrado digitalmente e consegue localizar, ler e produzir textos em ambientes digitais, com capacidade, consciência e atitude.

Propor atividades diversificadas, de múltipla escolha, questões dissertativas, de interpretação, de localização, de produção, de pesquisa são possibilidades viáveis e possíveis remotamente. São maneiras democráticas do ensino, que auxiliam no avanço e crescimento do educando, em termos de apropriação do conhecimento e de habilidades mínimas necessárias.

Para garantir o direito democrático de acesso ao ensino, com atividades e propostas diversificadas, o professor tem o desafio de aprender a fazer uso, com competência, das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) variando, ao máximo, os instrumentos de avaliação de forma equânime, igualitária e inclusiva.

3. O QUE AVALIAR DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO

Pensando a avaliação da aprendizagem como uma avaliação do aproveitamento escolar é válido registrar

as interações dos estudantes com os professores, os progressos individuais na realização das tarefas e no manuseio das ferramentas digitais. Qualquer manifestação do aluno é válida neste momento, tendo em vista a angustiante situação de pandemia, cujos sentimentos estão emergindo, como a ansiedade, o medo, a tristeza, a aflição, o desconsolo, a preocupação, dentre tantos outros.

Sabe-se que o aluno precisou, assim como o professor, se adaptar a essa nova metodologia de ensino que requer o letramento digital, num contexto de auto-alfabetização midiática. Por isso, é preciso considerar toda e qualquer interação que o estudante faz com o professor, e com os demais colegas, no ambiente virtual.

Pensar que o aluno sozinho está conseguindo localizar, ler e produzir textos, realizar atividades e enviá-las, por meio de plataformas digitais, com autonomia, autossuficiência e competência, já é motivo suficiente para avaliar positivamente este aluno.

Por ser um ato acolhedor, integrativo e inclusivo, a avaliação da aprendizagem escolar é definida como um ato amoroso, tal como afirma Luckesi (2011, página 205) e ele acrescenta

O ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é). Assim, manifesta-se o ato amoroso consigo mesmo e com os outros. [...] O ato amoroso é um ato que acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são; acolhe para permitir que cada coisa seja o que é, neste momento. Por acolher a situação como ela é, o ato amoroso tem a característica de não julgar.

Responder adequadamente às demandas sociais que englobam a utilização dos recursos tecnológicos e da escrita no meio digital mostra que o estudante tem capacidade e habilidades que são requeridas pela sociedade do conhecimento.

A intenção é manter os alunos intelectualmente ativos, buscando, com autonomia, o conhecimento e o engajamento em suas atividades educativas e levando novas formas de produção do conhecimento na cultura digital. É preciso que alunos e professores estejam interessados na efetivação da aprendizagem e na construção do conhecimento.

O convívio no meio digital já deve ser avaliado pelo educador que percebe a conquista do estudante que mobiliza o seu raso conhecimento informático, e vai além, em busca de realizar as atividades propostas pelos professores, conquistando o conhecimento em tempo de excepcionalidade.

Ademais, diversificar as experiências de aprendizagem dos educandos fazendo uso de vídeos, podcast, textos interativos e até mesmo jogos virtuais que possibilitam a aprendizagem dos componentes curriculares, garante a criação de uma rotina assertiva frente ao cenário de instabilidade e de tantas mudanças.

4. POR QUE AVALIAR DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO

A avaliação é um instrumento que investiga a qualidade do desempenho dos estudantes, com base naquilo que lhes foi proporcionado. Diante desta perspectiva a finalidade da avaliação é “desafiá-los todo tempo a ir adiante, a avançar, confiando em suas possibilidades e oferecendo-lhes, sobretudo, o apoio pedagógico adequado a cada um” (HOFFMANN, 2010, p. 103).

O melhor questionamento seria, por que não avaliar durante o período de ensino remoto já que as avaliações permitem o planejamento de intervenções para a superação das lacunas de aprendizagem diagnosticadas.

Avaliar sim, para conseguir fazer um diagnóstico e seguir com as mediações necessárias. O que é essencial, segundo Luckesi (2011, p. 62) precisa ser investigado, e como investigação do estado de aprendizagem dos educandos, ela gera um conhecimento sobre o estado de aprendizagem presente.

Por essa razão, o professor que objetiva direcionar satisfatoriamente o seu trabalho educacional e pedagógico precisa dispor de métodos avaliativos, cujos resultados o direcionem para as defasagens de aprendizagem. Em seguida, o professor pode criar estratégias de aprendizagens baseadas no desenvolvimento intelectual, social, artístico, físico, afetivo e emocional.

5. A AUTOAVALIAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO

A autoavaliação é entendida como um instrumento de crescimento, onde o estudante pode avaliar de manei-

ra crítica o seu desempenho e participação nas aulas, o tempo que disponibiliza para o estudo, a disposição para realização de atividades e tarefas e o seu desenvolvimento e crescimento cultural, intelectual e científico.

Com autonomia intelectual, a autoavaliação permite a tomada de decisão para uma transformação positiva, em busca do aperfeiçoamento pessoal e educacional, além de valorizar o protagonismo do estudante na reflexão sobre o que aprendeu e as decisões a serem tomadas para o alcance de sua aprendizagem, com autonomia e segurança. A reflexão sobre o próprio desempenho permite promover a maturidade, pois olhar para a própria atuação exige isso do aluno. Luckesi (2011, p. 183) assegura que “a atividade de avaliar caracteriza-se como um meio subsidiário do crescimento; meio subsidiário da construção do resultado satisfatório”.

Essa autoavaliação poderá ser feita oralmente, por meio de chamadas de vídeo ou na modalidade escrita. O importante é saber lidar com os resultados, promovendo ações concretas para resolver as defasagens encontradas, seja por má compreensão dos conteúdos ou por falta de metodologia e organização no ensino remoto.

De acordo com Hoffmann (2010, p. 155) “autoavaliar-se significa o educando acompanhar seu próprio processo de construção do conhecimento”. A autora acredita que o controle exacerbado dos adolescentes não é um processo saudável de autoavaliação, ela afirma ainda que processos sadios de autoavaliação requerem

[...] espaços de confiança, de diálogo e de oportunidade ao jovem de se comprometer com seus próprios rumos, de definir projetos de estudo, etapas de trabalho, individuais e em grupo. Controle em demasia, denúncias, fichas de atitudes e comportamento, vão na contramão do desenvolvimento de autonomia moral [...] “berço esplêndido” para uma juventude violenta!

6. A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA NO PÓS-PANDEMIA E A RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Acredita-se no retorno gradual e escalonado das aulas com vistas à avaliação diagnóstica e a recuperação das aprendizagens. Os desafios para o retorno são muitos e é preciso pensar com cautela essa retomada das atividades educacionais e pedagógicas.

Quando se fala no retorno gradual e escalonado, significa que algumas diretrizes fundamentais deverão ser seguidas para que esse retorno seja organizado e seguro. A garantia de direitos de aprendizagem, a segurança dos profissionais e das crianças e a organização dos tempos e espaços são algumas das diretrizes apontadas anteriormente.

Quando se fala em avaliação diagnóstica, como afirma Luckesi (2011, p. 118), se pressupõe

[...] que os dados coletados por meio de instrumentos sejam lidos com rigor científico tendo por objetivo não a aprovação ou reprovação dos alunos, mas uma compreensão adequada do processo do aluno, de tal forma que ele possa avançar no seu processo de crescimento.

A avaliação diagnóstica é o instrumento no qual o professor se apoiará para detectar o que o aluno já sabe, o que aprendeu, o que ainda não sabe para decidir as estratégias pedagógicas para o prosseguimento. Ou seja, segundo Hoffmann (2010, p.166) será preciso “interpretar o momento de aprendizagem em que se encontra o aluno”. A autora complementa que é preciso “buscar entender cada aprendiz, relacionar-se com cada um, preocupar-se com os jeitos de cada um interagir e descobrir o mundo”.

A garantia de direitos de aprendizagens será assegurada com a recuperação das aprendizagens. Será preciso reestruturar a rotina escolar promovendo tempos de recuperação contínua e de consolidação das habilidades previstas para aquele ano/série. Luckesi (2011, p. 115) ratifica essa ideia quando afirma que a avaliação diagnóstica

[...] deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. [...] a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos necessários.

Vale ressaltar que os estudantes retornarão do período de isolamento trazendo diferentes vivências e experiências, que em alguns casos podem não ser tão boas ou até traumáticas, e chegarão à escola com diferenças nos níveis de aprendizagem. Será preciso repensar o ano letivo de 2021 com cautela e compreensão, afinal de contas todos os estudantes (alguns menos outros mais) foram afetados pela pandemia, seja na esfera emocional, educacional, social ou econômica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, afirma-se que a tarefa do professor não é fácil diante do desafio de avaliar os alunos de forma não presencial, no entanto se a concepção de avaliação for a de acompanhar a evolução dos estudantes para nortear as ações educativas futuras, os educadores não terão grandes problemas para mensurar o que, de fato, estão aprendendo os estudantes durante o período de ensino remoto, dado que muitas são as possibilidades elencadas para avaliar as aprendizagens.

Os professores, ainda que seja remotamente, podem fazer uma diferença enorme na vida das crianças e adolescentes deste país; essa diferença reflete nos resultados finais da aprendizagem, o que repercute na vida pessoal dos educandos e no coletivo da sociedade (LUCKESI, 2011, p. 220).

Muitos alunos não têm acesso à Internet e este é um problema sério, mas de outra natureza. Contudo, a pandemia mostrou que a educação precisa obter melhores orçamentos e que professores e alunos necessitam se organizar politicamente na busca de investimento na educação. No presente artigo foram ressaltados aqueles educandos que têm a possibilidade de acessar os materiais virtuais, têm acesso ao material impresso e conseguem realizar as atividades propostas.

A exclusão digital pela falta de acesso à Internet pode e deve ser problematizada com o propósito de buscar soluções, no entanto este é um problema que extrapola o papel do professor, que não pode resolver a questão de falta de disposição de recursos tecnológicos e de falta de políticas públicas voltadas para isso, mas é claro que pode ser um entusiasta dessa luta social, por melhores condições educacionais.

Por todos os argumentos apresentados, afirma-se que as estratégias pedagógicas de continuidade educacional podem ser propiciadas em ensino remoto e intensificadas na volta às aulas, dado que é preciso pensar nos desafios logístico, sanitário e educacional do retorno gradual. Sem dúvida que a recuperação das aprendizagens é um desses desafios. E essa recuperação será planejada de acordo com a avaliação diagnóstica.

A avaliação diagnóstica auxiliará a aprendizagem em função do avanço e deverá estar comprometida com uma concepção pedagógica, devendo o aluno se apropriar “criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção” (LUCKESI, 2011, p. 116).

A recuperação, por sua vez, vai garantir, àqueles que não puderam realizar as atividades virtuais e não receberam o material impresso, o direito às aprendizagens e o acesso ao conhecimento, pois a escola não pode servir de instrumento de exclusão social, e como sustenta Weisz (2019, p.51) “a equalização das oportunidades de aprendizagem das crianças” é tarefa da escola.

Por essa razão, que Luckesi (2011, p. 222) ressalta que os educadores precisam agir em duas direções, sendo a primeira politicamente e a segunda escolar e pedagógicamente, gerindo com competência suas tarefas

[...] de tal forma que crianças, adolescentes e adultos aprendam e, por isso, se desenvolvam como seres humanos, adquirindo a posse de si mesmos e, por isso, podendo conviver bem consigo mesmo, com os outros, com o meio ambiente natural e social, e tudo o mais que os cerca.

Por isso tudo exposto, conclui-se que a integração entre a tecnologia e a educação é o legado que será deixado pela pandemia e traz novas possibilidades de ensinar, pois quando se percebe que qualquer lugar pode se tornar uma escola, o espaço de sala de aula passa a ser ressignificado, afinal de contas não há futuro para uma nação sem educação de boa qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURY, L., & CONSANI, M. (2019). A educação de hoje rumo à educação planetária de amanhã. *Comunicação & Educação*, 24(2), 78-87. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v24i2p78-87>>. Acesso em 22 jul. 2020.

Educação na pandemia: ensino a distância dá importante solução emergencial, mas resposta à altura exige plano para volta às aulas. Todos pela Educação. 9 de maio de 2020. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/conteúdo /Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas](https://www.todospelaeducacao.org.br/conteúdo/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas)>. Acesso em: 19 jun. 2020.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. *Avaliar: respeitar primeiro, educar depois*. 2ed. São Paulo: Mediação, 2010.

LUCKESI, Carlos Cipriano. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÓVOA, Antonio. *Formação continuada – Aula Magna António Novoa*. 2020. (1h18m50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Niego>>. Acesso em 08 jun. 2020.

O ENSINO REMOTO COMO ESTRATÉGIA SAZONAL PARA A APRENDIZAGEM



Natália Avilla Andrade

Bacharela e Licenciada em Letras pela Universidade Federal de São Paulo (2015). Especialista em Gramática e Texto da Língua Portuguesa pela Universidade Nove de Julho (2019). Professora de Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2018.



RESUMO

A pandemia do coronavírus, Sars-Cov-2, que exigiu da população o distanciamento físico e social, trouxe novas demandas para a área educacional. Dentre elas está o ensino remoto, como estratégia sazonal encontrada para possibilitar a continuidade educativa, escolar e pedagógica. Novos desafios são postos aos professores. Garantir o acesso à aprendizagem é primordial, posto que a falta de acesso à Internet, o custo elevado do serviço e de equipamentos eletrônicos para o acesso é um fato real. Independente da quantidade de acesso às atividades virtuais entende-se que o ensino remoto é necessário e importante para dirimir os efeitos negativos do distanciamento temporário. É preciso pensar em métodos eficazes no retorno às aulas utilizando avaliações diagnósticas e a recuperação das aprendizagens.

Palavras-chave: Internet; ensino; telefone celular; pesquisa.

ABSTRACT

The coronavirus pandemic, Sars-Cov-2, which required physical and social distancing has brought new demands for the educational sector. Among them is remote learning, as a seasonal strategy to enable educational system and pedagogical practices to continue running. New challenges are posed to teachers. Ensuring access for learning is paramount, since the lack of Internet, and the high cost of the Internet service provider and devices are real facts. Regardless of the amount of students access to online activities, it is understood that remote learning is necessary and

important to resolve the negative effects of temporary social distancing. It is essential to think about effective methods for classroom return, diagnostic assessments and the learning recovery plan.

Keywords: Internet; learning; cell phone; research.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca do ensino remoto como uma solução possível durante a pandemia é de suma importância, sobretudo quando se pensa que o Brasil é um país desigual. Ouvir os estudantes e saber as dificuldades e desafios que eles enfrentam é uma maneira de poder ponderar as práticas do professor e a atuação da escola, para que sejam mais assertivas e igualitárias do ponto de vista do alcance aos alunos.

No contexto de pandemia, onde se requer o distanciamento físico para a contenção da propagação do vírus Sars-Cov-2, o ensino remoto é uma alternativa que possibilita assegurar a retomada e a continuidade educativa, escolar e pedagógica. É sabido, contudo, que o ensino remoto é uma solução possível, mas não ideal. Portanto, trazer ao conhecimento as dificuldades e os desafios dos alunos do Ensino Fundamental no acesso a equipamentos eletrônicos e à Internet para o estudo remoto durante a pandemia, fazendo uma reflexão sobre essa estratégia emergencial que intensifica as desigualdades e a dissolução da garantia das aprendizagens é uma imposição que o momento requer.

O presente artigo traz alguns dados que foram levantados a partir de uma pesquisa realizada com os estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamen-

tal da cidade de São Paulo, CEU EMEF Jambeyro, unidade educacional pertencente à Diretoria Regional de Ensino de Guaianases. Os dados são analisados à luz do contexto atual e das possibilidades socioeconômicas dos estudantes da referida unidade escolar.

1. DIFICULDADES DE ACESSO À INTERNET

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2018 a Internet era utilizada em 79,1% dos domicílios brasileiros. Isso mostra que 20,9% dos brasileiros não acessam a Internet por diversos motivos, sendo o custo elevado do serviço, para o acesso, um deles. A indisponibilidade do serviço, em áreas rurais, também foi apontada como fator de falta de acesso.

Em 2018, o Brasil tinha 208.494.900 milhões de habitantes e cerca de 43.575.434 milhões não tinham acesso à internet (dados do IBGE-2018). A quantidade de pessoas sem acesso à Internet no Brasil era, em 2018, aproximadamente quase a população total da Argentina (44.361.150 milhões), que é o segundo país mais rico da América do Sul.

Comparando a utilização da Internet nas regiões brasileiras é possível encontrar diferenças substanciais. Em 2018, na região sudeste, 81,1% dos domicílios brasileiros tinham acesso à Internet, enquanto na região norte esse percentual diminuiu para 64,7% e região nordeste para 64%. (IBGE 2017-2018)

Sabendo dessas disparidades, o Conselho Nacional de Educação propôs em suas diretrizes, diversificar as experiências de aprendizagem dos estudantes, com a diversidade de suportes e métodos, visando à garantia de alguma estabilidade frente ao cenário de tantas mudanças. Ou seja, garantir as aprendizagens, durante a pandemia, não apenas utilizando recursos tecnológicos, mas fazendo uso de outros suportes, como um material impresso, por exemplo.

No entanto, garantir o material necessário para as aulas não garante o sucesso da aprendizagem, visto que a falta de envolvimento da família, para o fortalecimento do ensino remoto, e a ausência de um ambiente propício e um equipamento eletrônico adequado para o estudo, também são questões relevantes que podem conduzir ao fracasso dessa alternativa temporária de ensino.

2. O TELEFONE CELULAR COMO PRINCIPAL EQUIPAMENTO ELETRÔNICO UTILIZADO NO ENSINO REMOTO

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental da cidade de São Paulo, CEU EMEF Jambeyro, unidade educacional pertencente à Diretoria Regional de Ensino de Guaianases, foi realizada uma pesquisa com os estudantes sobre o ensino remoto.

Trata-se de uma iniciativa das coordenadoras pedagógicas e dos professores para entender a baixa adesão dos alunos no acesso à plataforma digital, onde são publicadas as atividades e as orientações para a realização dessas atividades e para o uso do material impresso, enviado, a priori, pelo Correio.

Foram nove questões elaboradas coletivamente pelo grupo de professores, com o auxílio da coordenação pedagógica, que buscam traçar o perfil dos estudantes que acessam a plataforma digital para realizar o estudo remoto.

Saber em qual horário os alunos acessam a plataforma, de qual aparelho (notebook, tablet, celular), saber quem os ajuda nas tarefas e quais são as maiores dificuldades encontradas e como eles avaliam o ensino remoto e suas aprendizagens, são questões de suma importância para os educadores que planejam, publicam, acompanham as atividades realizadas pelos educandos virtualmente.

Neste artigo não serão analisadas todas as questões e respostas obtidas. Serão selecionadas algumas delas para análise e discussão de resultados.

Em uma das questões da pesquisa perguntou-se qual o equipamento utilizado para realizar as atividades virtuais. Das 364 respostas obtidas, 71,7% afirmaram utilizar o dispositivo móvel para o referido acesso.



Essa informação corrobora com a pesquisa realizada pelo IBGE 2017-2018, que obteve o percentual de 99,2% de acesso à Internet pelo celular, dos domicílios brasileiros, ou seja, quase a totalidade dos domicílios que utiliza a Internet o faz por meio do dispositivo móvel.

A utilização do celular para a realização das atividades virtuais pode ser um meio provisório que facilitará a aprendizagem, no entanto, é preciso reconhecer suas limitações como, o tamanho da tela, o tamanho da letra, a dificuldade de realizar leituras mais longas, a exigência de diversos aplicativos em contraste com a quantidade de memória disponível no equipamento, além da grande distração oportunizada pelo celular com mensagens, redes sociais, jogos e outras atividades de entretenimento.

Além disso, percebeu-se uma limitação na questão proposta, já que não foi perguntado ao estudante a quantidade de aparelhos disponíveis na residência. Ter apenas um aparelho que atenda a uma família com muitas crianças que precisam estudar remotamente é um dificultador das aprendizagens e da realização das atividades publicadas na plataforma virtual.

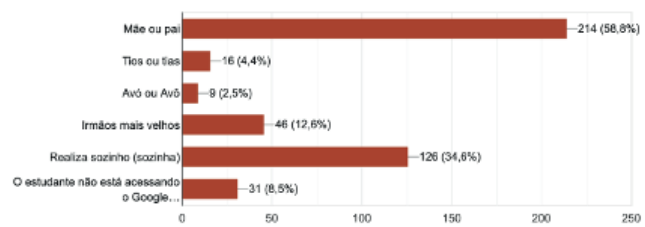
3. ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NO ENSINO REMOTO

O ensino remoto exige adaptação das famílias no que concerne à realização das atividades propostas pelos professores. Muitas crianças e jovens não têm autonomia para realizar suas tarefas escolares sozinhos e precisam de um familiar que os auxilie nessa árdua tarefa. É preciso lembrar, ademais, que muitos pais de alunos não tiveram a oportunidade de estudar e, portanto, não conseguem ajudar seus filhos.

Na pesquisa realizada perguntou-se quem auxilia o estudante a realizar as atividades na plataforma digital, sendo possível assinalar mais de uma resposta.

Com o resultado obtido percebeu-se que 34,6% dos estudantes realizam suas atividades sozinhos. No entanto, pai ou mãe ainda são os maiores responsáveis por ajudar nesse processo de aprendizagem remoto, com 58,8% dos casos.

6 – Quem auxilia o estudante a realizar as atividades no Google Classroom? [Pode escolher mais de uma resposta]
364 respostas



Outro dado coletado, e não menos importante, é que ao somar os alunos que estão estudando sozinhos (34,6%) e os que não estão tendo o acesso à plataforma (8,5%) o resultado é alarmante. 43,1% não estão tendo acesso adequado à aprendizagem. Esse dado é preocupante, pois como fora relatado anteriormente, a falta de acesso à Internet maximiza as desigualdades educacionais existentes no Brasil.

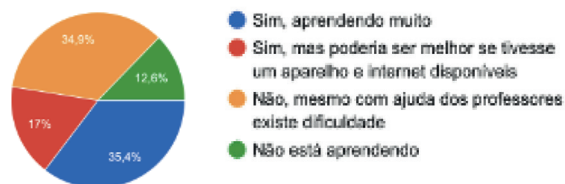
4. A APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO

O professor não é o detentor do conhecimento. Ele precisa criar estratégias interativas, organizar situações e espaços educativos para que ocorra a maior variedade possível de trocas entre os alunos e com os professores (PIAGET, 1974 apud HOFFMANN, 2010 p. 72).

Acredita-se que a autoavaliação que o estudante faz de sua aprendizagem é de suma importância no seu processo de aquisição do conhecimento, pois é uma maneira que o estudante tem de olhar criticamente para o seu desenvolvimento, os pontos positivos e negativos de sua metodologia de estudo, as horas que dedica para sua aprendizagem e o que de fato está aprendendo e sendo assimilado.

Na pesquisa realizada perguntou-se sobre a aprendizagem, se os alunos acreditam que estão aprendendo com as atividades que são propostas na plataforma virtual. 35,4% dos entrevistados, responderam que “sim, aprendendo muito”, 34,9% responderam “não, mesmo com a ajuda dos professores existe a dificuldade”, 17% responderam “sim, mas poderia ser melhor se tivesse um aparelho e internet disponíveis” e 12,6% responderam que “não estão aprendendo”.

9 – Você estudante, ou seu filho (sua filha) acredita que está aprendendo com as aulas online?
364 respostas



Esse resultado traz algumas informações preliminares:

a) utilizar a plataforma exige um certo letramento digital, o que para o aluno pode ser uma barreira no acesso às atividades. O fato de não ser letrado digitalmente interfere na realização das tarefas propostas pelos professores, uma vez que o ensino remoto requer a habilidade na utilização de ferramentas digitais.

b) os educandos não têm acesso à internet e não possuem um equipamento para realizar o referido acesso, o que dificulta utilizar o material impresso, sem ajuda e auxílio do educador.

c) os estudantes, ao conseguirem acessar a plataforma e realizar a atividade, ainda que o resultado seja insatisfatório, acreditam que estão aprendendo muito.

d) os alunos das séries mais avançadas do Ensino Fundamental já desenvolveram, ainda que parcialmente, a autonomia e o protagonismo em sua aprendizagem. Isso facilita a aquisição do conhecimento num cenário de ensino remoto, e faz com que o aluno seja pesquisador e aprenda a aprender. Além disso, trata-se de um estudante que já desenvolveu melhor seu senso crítico e consegue avaliar de maneira mais razoável a sua aprendizagem.

Contudo, percebeu-se que essa pergunta proposta no questionário, com as alternativas possíveis de respostas foi elaborada de maneira que o resultado não contempla a realidade vivida pelos alunos. Perguntar se eles “acreditam” estar aprendendo com o ensino remoto traz respostas subjetivas que dificultam analisar quantitativamente se estão aprendendo. Aprender é um processo muito individual que depende de muitas variáveis não previstas no questionário proposto, por exemplo.

Talvez, uma avaliação diagnóstica das aprendizagens seria uma opção mais viável para mensurar o que

os estudantes aprenderam e o que ainda não aprenderam. De qualquer forma, a questão foi válida como uma autoavaliação, como um momento de reflexão do estudante sobre suas aprendizagens e a aquisição do conhecimento.

5. LETRAMENTO DIGITAL

Com o ensino remoto, percebeu-se que estudantes e educadores têm dificuldades de acessar e interagir com textos nos ambientes digitais.

Grande parte dos professores não consegue utilizar as plataformas digitais e estão aprendendo a lidar com essa nova sala de aula que é virtual. Essa nova realidade requer desse profissional a alfabetização midiática.

Os professores não tiveram uma formação adequada para utilizar as plataformas digitais em sua profissão e os alunos também carecem de informação sobre como participar ativamente das aulas virtuais.

Outrossim, poucos professores e alunos sabem compreender e utilizar de forma crítica todo o material, conteúdo e informação disponível na Internet.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, garantir o acesso à Internet a todos os cidadãos é primordial, sobretudo neste momento em que a pandemia exigiu novas formas educacionais que asseveram o isolamento físico e social. Ter acesso à Internet é ter acesso democrático à informação, aos bens culturais produzidos no mundo e ao conhecimento.

Levando-se em conta o que foi observado sobre a cidade de São Paulo, que existe uma discrepância na oferta do ensino remoto pelas escolas públicas e privadas comprovando que além da desigualdade social, econômica e cultural, existe também a desigualdade digital, é possível afirmar que durante a pandemia a desigualdade educacional só ampliou o abismo entre escolas públicas e particulares.

No entanto, percebeu-se que apenas garantir o acesso às plataformas digitais não certificará o êxito das aprendizagens, pois a família tem papel primordial na garantia do fortalecimento do ensino remoto.

Pela observação dos aspectos analisados, percebeu-se que o equipamento eletrônico mais utilizado, pelos alunos, no ensino remoto é o celular, que deveria ser provisório, visto a dificuldade de realizar leituras mais longas, de produzir textos longos, além de toda distração propiciada pelo celular com notificações de todos os tipos de aplicativos.

Perguntar sobre as aprendizagens dos alunos e seu aproveitamento escolar durante a pandemia é uma questão muito subjetiva que engloba diversos fatores. Por isso, trazer, no volta às aulas, uma avaliação diagnóstica que permitirá mensurar o que os estudantes aprenderam durante o período de isolamento é uma maneira eficaz de dar continuidade ao trabalho educacional presencial, afinal de contas o uso da avaliação diagnóstica e da recuperação das aprendizagens para tentar equiparar as diferenças oriundas do período de ensino remoto, pensando sempre na educação integral, inclusiva e na equidade, será uma realidade no retorno.

Acredita-se que essa situação de emergência, onde o ensino remoto visa atender os estudantes do Ensino Fundamental, traz mudanças no pós-pandemia, já que segundo António Novoa, em uma Aula Magna de Formação Continuada da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, o modelo de escola que temos não responde às grandes questões contemporâneas, trata-se de um modelo obsoleto. O professor universitário português acredita que a metamorfose da escola será acelerada no pós-pandemia.

Admite-se, então, que seria melhor pensar no retorno gradual das atividades presenciais, em momento oportuno e seguro, tendo como aliada contínua a tecnologia, garantindo educação de qualidade para os jovens, o que significa garantir um futuro melhor e próspero, cujo legado é um país mais igualitário e melhor para todos.

Para concluir, é preciso repensar as políticas públicas de acesso a Internet e reconhecer que as estratégias de ensino remoto são importantes para a redução dos efeitos negativos que o distanciamento temporário pode trazer, já que a falta da interação presencial pode gerar lacunas nas questões interpessoais e nos sentimentos como amor, amizade, compaixão e empatia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Argentina. Disponível em: <<https://países.ibge.gov.br/#/dados/argentina>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. Ministério da Educação. Brasília, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 123.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliar: respeitar primeiro, educar depois. 2ed. São Paulo: Mediação, 2010.

NÓVOA, António. Formação continuada – Aula Magna António Novoa 2020. (1h18m50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Niego>>. Acesso em 08 jun. 2020.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadora Pedagógica. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa – 2 ed. São Paulo: SME/ COPED, 2019.

Uso de Internet, televisão e celular no Brasil. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#:~:text=Entre%20os%20brasileiros%20com%2010,per%C3%ADodo%20de%20refer%C3%A2ncia%20da%20pesquisa>>. Acesso em: 19 set. 2020.



O TRABALHO COLABORATIVO DE AUTORIA (TCA) NA PANDEMIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Natália Avilla Andrade

Bacharela e Licenciada em Letras pela Universidade Federal de São Paulo (2015). Especialista em Gramática e Texto da Língua Portuguesa pela Universidade Nove de Julho (2019). Professora de Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de São Paulo desde 2018.



RESUMO

Pensar na realização e na efetivação do Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA) durante a pandemia é uma demanda do professor que requer adaptações, para que a intervenção social possa ser concretizada, em conjunto, pelos estudantes do ciclo autorial (7º ao 9º ano do Ensino Fundamental). Dita demanda está prevista na Portaria SME 5.930 de 14 de outubro de 2013, que visa, dentre outras exigências, o desenvolvimento e a construção do conhecimento a partir do referido projeto curricular. A análise crítica, a resolução de problemas, o uso de diferentes linguagens e a autoria são pontos-chaves do projeto que ora se apresenta. Algumas possibilidades são descritas e os desafios são reconhecidos. Utilizar as ferramentas digitais em prol de manter os estudantes conectados uns com os outros é uma maneira de sensibilizá-los para problematizarem sua realidade em busca de um tema gerador. Revisitar as ações concretizadas em anos anteriores e organizá-las, para retomada do assunto, também é uma possibilidade que se observa como eficaz. Os desafios são vistos como oportunidade de aprendizagem.

Palavras-chave: projeto curricular, aprendizagem, intervenção social, ferramentas virtuais.

ABSTRACT

Thinking about the effectiveness and accomplishment of the Collaborative Authorship Task (TCA) during the pandemic is a teacher's demand that requires some adjustments in order to implement the social intervention, jointly, by the students of the authorial cycle (7th to 9th Grades – Middle School). This demand is foreseen in Ordinance SME 5,930 of October

14, 2013, which aims, among other requirements, the development and construction of knowledge based on the referred curriculum project. Critical analysis, problem solving, multiliteracy and the authorship are the main keys of the project now presented. Some possibilities are described and the challenges are recognized. Using digital tools to keep students connected with each other is a way to sensitize them to problematize their reality and looking for a generating theme. Revisiting the actions carried out in previous years and organizing them, to resume the subject, is also a possibility that can be seen as an effective action. Challenges are seen as a learning opportunity.

Keyword: curriculum project, learning, social intervention, online tools virtuais

1. INTRODUÇÃO

O Trabalho Colaborativo de Autoria (doravante TCA) é um projeto curricular realizado pelos alunos matriculados nas escolas da Prefeitura Municipal de São Paulo, do ciclo autorial (7º ao 9º ano do Ensino Fundamental), acompanhado sistematicamente pelo professor, que visa à participação, com autoria e responsabilidade, na vida em sociedade, tornando as condições sociais vigentes mais equânimes. São ações sociais e projetos curriculares comprometidos com a intervenção social na comunidade em que vivem os estudantes.

Trata-se de um projeto a ser construído ao longo dos três últimos anos do Ensino Fundamental e é um dos elementos de avaliação para a aprendizagem dos estudantes, nesse último ciclo.

O problema que se projeta é como realizar o TCA

em meio à pandemia, levando em consideração todos os aspectos relevantes e característicos desse projeto, como a intervenção social e a autoria coletiva e todas as medidas sanitárias de isolamento físico e social e os meios de contenção de proliferação do coronavírus.

Assim como o professor precisou reinventar sua maneira de trabalho, sua metodologia de ensino e adaptar o currículo, que não fora pensado para o ensino remoto, ele precisa, igualmente, reinventar as possibilidades de realização do TCA sem, contudo, deixar que se perca a essência e a concepção desse trabalho.

A proposta é pensar algumas possibilidades de retomada do tema e continuidade do trabalho e o desafio é fazê-lo remotamente de maneira coletiva, visando, ainda que mínima, a intervenção social.

2. ALGUMAS POSSIBILIDADES

2.1 O CICLO AUTORAL

A organização do Ensino Fundamental em ciclos permite que o estudante tenha mais tempo para a aprendizagem, levando em consideração o seu desenvolvimento intelectual e afetivo.

Nas escolas municipais da cidade de São Paulo, o ensino fundamental é dividido em três ciclos: ciclo de alfabetização, ciclo interdisciplinar e o ciclo autoral. Segundo o Currículo da Cidade de São Paulo (2019, p. 42)

O propósito é oferecer ao estudante um maior tempo de aprendizagem no âmbito de cada ciclo, em período longitudinal de observação e acompanhamento, levando em conta seu desenvolvimento intelectual e afetivo e as suas características de natureza sociocultural.

Como o TCA é um trabalho destinado aos estudantes do ciclo autoral, o presente artigo se ocupará deste ciclo.

O ciclo autoral é a última etapa, de três anos, do Ensino Fundamental destinada aos adolescentes do 7º ao 9º ano. O objetivo desse ciclo é ampliar os saberes dos estudantes de forma que compreendam melhor sua realidade, problematizando-a e propondo possibilidades de superação, resolução e transformação social.

Nesse ciclo os estudantes aprendem à medida que

elaboram trabalhos colaborativos de autoria (TCA), que permitem o reconhecimento da diferença e a participação efetiva nas decisões e propostas, visando à transformação do bairro, da cidade, do estado, do país em que vivem.

O papel ativo do aluno (protagonismo juvenil), a investigação, a leitura e a problematização do mundo real movem alunos e professores a elaborarem propostas de intervenção social para melhorar o mundo em que coabitam.

Acredita-se que ações que incentivem o protagonismo juvenil e o desenvolvimento integral do estudante fortalecem sua autonomia para seguir seus estudos no Ensino Médio e para serem cidadãos que participam das decisões e ações da sociedade com consciência e de maneira solidária.

2.2 O TRABALHO COLABORATIVO DE AUTORIA

O Trabalho Colaborativo de Autoria é iniciado no 7º ano e finalizado no 9º ano do Ensino Fundamental. A proposta é ter o estudante como autor de projetos que serão desenvolvidos durante o ciclo autoral.

Intenciona-se desenvolver a construção do conhecimento, levando em consideração as diferentes linguagens (lógico-verbal, lógico-matemática, gráfica, artística, corporal, científica e tecnológica) permitindo ao aluno, ao final do ciclo autoral, estar comprometido com a construção de uma vida melhor e mais justa.

Além disso, dito projeto é planejado e realizado em conjunto pelos alunos, que deverão saber intervir e não apenas constatar, como cidadãos, “com obrigações éticas e morais, em um processo constante de desenvolvimento da responsabilidade consciente e ativa”. (Nota Técnica nº 6 - Programa Mais Educação)

No Currículo da Cidade do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa (2019, p. 45), está descrito que

Os estudantes aprendem à medida que elaboram Trabalhos Colaborativos de Autoria (TCAs), seja abordando problemas sociais ou comunitários, seja refletindo sobre temas como infâncias, juventudes, territórios e direitos. O TCA permite aos estudantes reconhecer diferenças e parti-

cipar efetivamente na construção de decisões e propostas visando à transformação social e à construção de um mundo melhor.

O TCA é um dos instrumentos de avaliação que o professor poderá utilizar no decorrer dos três anos de construção do projeto. Weisz (2019, p.111) afirma que “não se pode avaliar apenas os conteúdos das áreas de conhecimento na hora de decidir a vida escolar de um aluno”. Em outras palavras, outros elementos precisam estar presentes no momento em que se avalia um aluno.

Desenvolver aspectos de controle emocional e de trabalho em equipe são tão importantes no século XXI, quanto saber português, matemática ou história. Fortalecer e ampliar as habilidades socioemocionais é imprescindível, uma vez que a sociedade contemporânea impõe um novo olhar para as crianças e adolescentes.

O importante da execução de um projeto é desenvolver competências cognitivas e socioemocionais, e o TCA propicia isso em seu processo de elaboração, em suas etapas e na maneira como os estudantes encaram os desafios e as problemáticas que vão surgindo no decorrer do caminho. Ou seja, muito mais importante do que o produto final é a trajetória e as aprendizagens significativas que são acompanhadas de reflexões feitas pelos estudantes sobre os erros e acertos ao longo do percurso.

A discussão, o debate e a pesquisa aprofundada dos temas que levam à intervenção social são de suma importância para o desenvolvimento intelectual do aluno e seu amadurecimento.

2.2 O 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O sétimo ano do ensino fundamental é o primeiro ano do ciclo autoral e, portanto, é o momento inicial do TCA. É o ponto de partida, no qual os estudantes precisam perceber a realidade e problematizá-la para, então, decidir o que será feito. É o momento de escolha da temática e delimitação do problema. Os estudantes precisam definir situações em seu entorno que os afetam e que gostariam de modificar propondo uma intervenção.

O professor como orientador do processo de construção do TCA deverá sensibilizar os estudantes para a

escolha do tema, pensando que “um projeto de intervenção nasce de questões corajosas, amplas, éticas, humanizadoras; questões de justiça, de criatividade, de democracia, de liberdade”. (Plano de navegação do autor: caderno do professor)

Pensando no ensino remoto e na nova configuração do ambiente de aprendizagem é possível criar um grande fórum entre os alunos, para sugestões de temas problematizadores do mundo, do país, do estado, do município, do bairro em que se vive e justificar a escolha. Weisz (2019, p. 72) assegura que

[...] quando dizemos que os alunos devem ter problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõe produzir, estamos nos referindo a uma questão de natureza ideológica, que tem enormes consequências de natureza pedagógica (e vice-versa).

É possível fazer uma votação para escolher a situação que será abordada no projeto. De forma alguma essa escolha é fixa e definitiva. É admissível olhar outras vertentes sobre o mesmo assunto. É plausível mudar de direção, se o grupo perceber que os rumos do projeto foram alterados ao longo do caminho pelas escolhas que foram feitas.

Escolhida a situação começa-se a pensar em propostas de intervenção, mobilizando os conhecimentos e sentimentos de todos os estudantes acerca do tema/situação que os incomoda. Isso também pode ser colocado em um fórum de discussão para que as proposições surjam.

É preciso que os educandos pensem em uma solução realmente transformadora, para o problema encontrado. Segundo Weisz (2019, p.68) “de uma perspectiva construtivista, o conhecimento só avança quando o aprendiz tem bons problemas sobre os quais pensar”.

Esse é o momento para valorizar todas as sugestões compartilhadas e encorajar qualquer tipo de ideia, pois ainda que não sejam propostas válidas elas podem suscitar e inspirar outros estudantes a fazerem novas sugestões.

Importante ressaltar que o TCA é um instrumento avaliativo ao longo dos três anos do ciclo autoral. Entende-se, assim como Hoffmann (2010, p.103), que a finalidade da avaliação

[...] não é a de descrever, justificar, explicar o que o aluno “alcançou” em termos de aprendizagem, mas a de desafiá-los todo tempo a ir adiante, a avançar, confiando em suas possibilidades e oferecendo-lhes, sobretudo, o apoio pedagógico adequado a cada um.

Como instrumento de avaliação, o TCA deverá ter caráter processual, para verificar como que os estudantes estão progredindo “já que o conhecimento não é construído igualmente, ao mesmo tempo e da mesma forma por todos”, ou seja, o TCA deverá ser considerado como “avaliação de percurso” (WEISZ, 2019, p. 96).

Com a definição da situação que será abordada no projeto, o dilema está resolvido e o primeiro passo do TCA está bem encaminhado, já que é sabido que esse trabalho deve acontecer de maneira gradual ao longo do ciclo autoral.

2.3 O 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Revisitar o trabalho realizado no ano anterior seria uma maneira de retomada do tema problematizado pelos estudantes para a continuidade da fundamentação teórica que embasa a propositura de intervenção social que se pretende.

É preciso lembrar que para os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental o tema do TCA não é novidade. Eles já estão trabalhando, arduamente, com o tema há um ano. Nesse momento, é possível fazer um levantamento dos conhecimentos e das informações que os estudantes possuem sobre a temática escolhida. Pode ser feito um fórum para o levantamento desses dados, como meio de calibrar a pesquisa que deverá ser realizada. Um debate virtual também é possível. É preciso aprofundar os conhecimentos e estimular a sensibilidade de cada um.

O professor responsável por planejar e orientar os alunos nesse percurso do TCA poderá propor vídeos, imagens, infográficos, textos que tratam do assunto e sustentam a continuidade investigativa que fundamentará a apresentação sobre a intervenção social efetivada. A ideia é que o educador faça a mediação da relação do educando com o mundo. Weisz (2019, p. 67) afirma que

[...] cabe ao professor organizar situações de

aprendizagem [...] atividades planejadas, propostas e dirigidas com a intenção de favorecer a ação do aprendiz sobre um determinado objeto de conhecimento e essa ação está na origem de toda e qualquer aprendizagem.

A intervenção social, neste momento de pandemia, poderá ser realizada por meio das redes sociais com publicações de informações e instruções ou com elaboração de vídeos explicativos, por exemplo.

A divulgação poderá, também, ser feita com publicações nos murais de todas as salas de aula virtuais, assim todos os estudantes da escola terão acesso ao trabalho que está sendo realizado. É possível elaborar questionários para fazer pesquisa, levantamento de dados e informações relevantes para o trabalho que está sendo produzido. Esses dados podem ser significativos no momento da apresentação do trabalho finalizado.

O importante é deixar os alunos engajados no projeto e intelectualmente ativos, estimulando-os à investigação e à pesquisa, já que o meio digital é propício para essa finalidade.

2.4 O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O 9º ano é a fase final do Ensino Fundamental, momento em que os alunos precisam apresentar o trabalho realizado durante todo o percurso do ciclo autoral. É o momento de compartilhar o projeto realizado, as intervenções que foram realizadas com base nos registros que foram sendo elaborados ao longo do percurso.

Para a apresentação final do projeto realizado existem várias possibilidades criativas: criação de um site ou blog, criação de um documentário, criação de um vídeo criado em parceria e editado, produção de uma revista ou um jornal virtual ou ainda é possível criar um mural virtual (Padlet, por exemplo) com todas as fotos, informações, trabalhos realizados, pesquisas efetuadas, levantamento de dados, imagens encontradas e a intervenção social desempenhada.

É claro que nem todos os alunos participarão da apresentação final do TCA, pois a disposição de recursos tecnológicos é diferente entre os diversos perfis socioeconômicos, sobretudo na pandemia quando os

centros comunitários que oferecem acesso a laboratórios de informática coletivamente não estão funcionando.

O fato de muitos alunos não se conectarem a Internet para ter acesso às aulas é conhecido por todos e faz parte do descaso das autoridades pela educação nas últimas décadas. Enquanto se fala em inclusão nas escolas, a realidade mostra o abandono dos alunos (HOFFMANN, 2010, p. 37). Mas é sabido também que, durante os dois anos anteriores, a construção do projeto foi realizada em conjunto por todos os educandos que colaboraram para a construção da base de registros efetuados.

A questão do acesso à Internet, dos recursos tecnológicos disponíveis e do descaso das autoridades pela educação na pandemia é uma discussão que vale a pena ser debatida em outro espaço tendo estes assuntos como tema principal de abordagem.

Não menos importante é a reflexão que todos os envolvidos deverão fazer acerca dos desafios, os erros, os acertos e aprendizados verificados ao longo do projeto. Cabe ressaltar, que no 9º ano do Ensino Fundamental o aluno está mais maduro e se espera um pouco mais de compromisso e comprometimento nessa fase do projeto e de sua conclusão.

3. O TCA E A PANDEMIA

Os trabalhos colaborativos de autoria deverão ser retomados levando em consideração as temáticas escolhidas, mas é preciso adaptá-los às mudanças que o momento de incertezas da pandemia exige.

Desenvolver atividades coletivas e virtuais, que promovam discussões e ações de intervenções, levando em consideração a nossa atualidade, é uma possibilidade de ajudar o outro com empatia e cooperação, afinal de contas, a pandemia da Covid-19 teve grande impacto sobre as nossas vidas e esses impactos podem e devem ser problematizados pelos estudantes em suas propostas de TCA.

A intenção é que os estudantes não sejam acumuladores de informações, mas que ao reconhecer-se em seu contexto histórico-cultural ele seja empático e proativo para problematizar e buscar soluções de maneira criativa, crítica, colaborativa e responsável. Além dis-

so, desenvolver a empatia possibilita a criação de uma solução realmente transformadora.

O professor deve incentivar a aprendizagem e estimular o aluno a ser pesquisador, fazendo uso da Internet com consciência, mostrando quais ferramentas existem e estão disponíveis e como utilizá-las. Possibilitar aos estudantes a aprendizagem do olhar crítico para as informações disponíveis na internet, fake news, fonte, imagens, infográficos, charges, dentre outros.

Utilizar o ambiente virtual de forma consciente e consistente impõe ética e responsabilidade na inserção e captação de informações da Internet.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de realização do TCA remotamente são muitas e os desafios também são grandes. Aprender a utilizar novas ferramentas virtuais, fazer a intervenção social respeitando o distanciamento físico, orientar, sensibilizar e engajar os estudantes por meio das plataformas digitais são alguns dos desafios com os quais, os educadores irão se deparar e precisarão enfrentar, pois “o conhecimento se constrói frequentemente por caminhos diferentes daqueles que o ensino supõe”. (WEISZ, 2019, p. 43)

No retorno às aulas, os alunos não serão mais os mesmos e tampouco os professores, que recriaram a sua maneira de coordenar, motivar e sensibilizar o processo de aprendizagem e a criação e construção do conhecimento.

As mudanças são inevitáveis e tanto o educador como o educando estão tentando se adaptar a essa nova metodologia de ensino, remotamente, sem vínculos afetivos presenciais. Muitos alunos ainda não têm o devido acesso à Internet e percebe-se um descaso das autoridades frente a essa realidade.

Percebe-se que na pandemia estar conectado é sinônimo de inserção social e educacional e, mais uma vez, percebe-se a exclusão da população menos favorecida economicamente.

As autoridades terão que pensar uma maneira de incluir digitalmente todas as crianças e jovens, para garantir a socialização da literatura, da ciência, da arte e da informação e da ampliação do repertório cultural dos educandos, pois isso é condição de inclusão social.

Antes de ter e de pensar na possibilidade de uma pandemia, Weisz (2019, p.108) já afirmava que “a igualdade que se defende não se refere ao processo de aprendizagem, mas às condições oferecidas para favorecer a aprendizagem, pois o processo é sempre singular, inevitavelmente”.

No momento, as condições ofertadas não são igualitárias e muitas crianças e jovens estão excluídos do mundo digital. Os mais afetados, como sempre, são os estudantes, conforme endossa Hoffmann (2010, p. 18)

Os alunos, contudo, são sempre os mais afetados. Em geral, crianças e jovens permanecem em silêncio, sem escuta em meio aos conflitos de poder. Educação em respeito aos estudantes exige aproximação entre família, escola, governo e sociedade civil. Escutas, não disputas!

Em virtude disso, será preciso pensar estratégias de resolução deste problema, com políticas públicas que garantam o direito à educação independentemente de qualquer crise na seguridade social.

Percebeu-se que o mundo contemporâneo traz outras demandas para crianças e jovens. A escola precisa garantir o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos, potencializando suas ações como agentes de transformação em busca de um mundo melhor.

Pode-se concluir que o ensino remoto trouxe a mudança em todas as formas de ensino e aprendizagem. Professores precisam aprender novas técnicas e metodologias de trabalho, os pais precisam acompanhar seus filhos em suas tarefas escolares e os alunos/filhos precisam desenvolver a autonomia. A vida das crianças e jovens é marcada pela esfera digital e no retorno às aulas presenciais, professores utilizarão metodologias semipresenciais, flexibilizando a presença dos educandos. As linguagens, os espaços, os tempos e as mídias serão flexibilizados, por isso a importância da inclusão digital e de levar a Internet a todos os cantos, até os mais distantes. Afinal de contas, como afirma Hoffman (2010, p. 30) “aprende-se ao perceber o novo como uma opção melhor”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliar: respeitar primeiro, educar depois. 2ed. São Paulo: Mediação, 2010.

Mais Educação São Paulo prevê que estudantes da Rede desenvolvam projetos sociais. 05 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://maiseducacaosao-paulo.prefeitura.sp.gov.br/mais-educacao-sao-paulo-preve-estudantes-da-rede-desenvolvam-projetos-sociais/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa. – 2.ed. – São Paulo : SME / COPED, 2019.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Plano de navegação do autor: caderno do professor. São Paulo: SME / DOT, 2014.

São Paulo. Instrução Normativa SME nº 46, de 12 de dezembro 2019. Dispõe sobre a reorganização do trabalho colaborativo de autoria – TCA, no ciclo autoral do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-46-de-12-de-dezembro-de-2019>>. Acesso em 08 set. 2020.

São Paulo. Portaria SME nº 5.930 de 14 de outubro de 2013. Regulamenta o Decreto nº 54.452, de 10/10/13, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- “Mais Educação São Paulo. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-educacao-5930-de-15-de-outubro-de-2013>> Acesso em 19 set. 2020.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 4 ed. São Paulo: Ática, 2019.



NOVA GERAÇÃO
Assessoria Educacional

EDUCAR E EVOLUIR